

Ibre levará ao governo fórmula de desindexação

Da sucursal do
RIO

O presidente do Instituto Brasileiro de Economia — Ibre — da Fundação Getúlio Vargas, Julian Chacel, informou que a FGV constituiu uma comissão especial para estudar a desindexação da economia, procurando fixar normas e critérios que sejam claros e permanentes perante a sociedade. Segundo Chacel, a partir dessas definições, a fundação fará exercícios numerosos sobre todas as implicações da desindexação que serão apresentados ao governo como uma colaboração.

Explicou Chacel que a FGV prestará apenas uma assessoria informal e que abrandar ou não a correção monetária que, a seu ver, é excessiva na forma com que é praticada, é decisão que cabe ao governo e que transcende ao nível de competência da própria comissão. Destacou Julian Chacel que está havendo uma pequena confusão em torno do assunto desindexação.

CONFUSÃO SEMÂNTICA

Para o presidente do Ibre, a palavra desindexação, como tantos outros neologismos criados por economistas, muitas vezes com a colaboração da própria imprensa, é mais um caso de confusão semântica. Aqueles que se declaram a favor da desindexação nas circunstâncias atuais não estão advogando o fim da correção monetária.

Esclareceu Chacel que apenas recomendar que a correção monetária, como está sendo praticada, corrija em demasia e, por isso, recomendam um abrandamento da sua inten-

sidade nos casos que correspondam à inflação corretiva e quando surgem choques de oferta que pressionam os preços por meio de causas que escapam à ação dos homens e dos governantes. O realinhamento de preços relativos que se achavam atrasados, comparativamente com o movimento geral de preços (caso dos derivados do petróleo), é um exemplo típico de inflação "corretiva".

Assinalou ainda Chacel que as chuvas anormais que prejudicam a produção hortícola são um fenômeno aleatório que nada tem a ver com a boa ou má condução da política econômica. Se esses elementos de pressão sobre os índices de preços não forem isolados, para fins de correção monetária, o realinhamento de preços relativos não se processará, por uma resposta pelo lado da demanda. E uma eventual quebra da colheita pressiona em definitivo esse índice de correção.

Apenas como exemplo, Chacel afirma que os ativos financeiros passam a ter um prêmio e a exercer pressão sobre o Tesouro, quando o Estado brasileiro recorre largamente ao crédito público. Nesse caso, acaba havendo uma causação circular, agravando-se o déficit do setor público que se quer conter como causa, reconhecidamente como a mais importante da inflação brasileira nos dias atuais. Por essas razões, e tendo em vista as enfáticas declarações do ex-ministro Octávio Gouvea de Bulhões — presidente da Fundação Getúlio Vargas — contrário à atual sistemática de indexação da economia, é que foi constituída essa comissão para oferecer, em caráter informal, sugestões ao governo para uma eventual desindexação.